

PENSAR A LUSOFONIA: O DIÁLOGO SUL-SUL

THINKING LUSOPHONY: THE SOUTH-SOUTH DIALOGUE

Josyani Malta Nascimento

Professora Adjunta de Literaturas em
Língua Portuguesa na Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afrobrasileira (UNILAB)

Resumo: A ideia da lusofonia tem origem com o advento da expansão marítima portuguesa, inicialmente um projeto mítico que Padre Antônio Vieira chamaria no século XVII de Quinto Império. Mais tarde, Fernando Pessoa daria uma nova significação ao Quinto Império entendendo-o como um patrimônio cultural dos povos que compartilham a língua portuguesa. Ainda no início do século XX, o imaginário lusófono agregava povos culturalmente diversos que em comum tinham, basicamente, a língua portuguesa. Após as independências políticas das antigas colônias de Portugal em África, fez-se necessário repensar o conceito de lusofonia a partir de uma perspectiva descolonizadora.

Palavras-chave: lusofonia, diálogo, sul-sul, Gramiro de Matos.

Abstract: The idea of Portuguese speaking originated with the advent of Portuguese maritime expansion, initially a mythical project that Father António Vieira would call in the 17th century the Fifth Empire. Later, Fernando Pessoa would give a new meaning to the Fifth Empire, understanding it as a cultural heritage of the peoples who share the Portuguese language. Even at the beginning of the twentieth century, the Portuguese-speaking imagination brought together culturally diverse peoples who basically shared the Portuguese language. After the political independence of the former colonies of Portugal in Africa, it was necessary to rethink the concept of Lusophony from a decolonizing perspective.

Keywords: lusophony, dialogue, south-south, Gramiro de Matos.

1. Unir a um só nome: os almanaques de lembranças luso-brasileiros

(...) há uma relação intrínseca entre nome e identidade.
(João Melo em *O homem que não tira o palito da boca*)

A.L.L.B., importante sigla para se compreender as mais de seiscentas páginas datilografadas que compõem a tese de doutorado *Influências da literatura brasileira nas literaturas africanas de língua portuguesa*, do escritor brasileiro Gramiro de Matos. O autor de *Urubu-Rei* dedica inúmeras laudas aos *Almanaques de lembranças luso-brasileiros*¹, e reconhece a importância que esses cadernos literários tiveram no fomento do diálogo literário entre o Brasil e os países africanos que têm hoje a língua portuguesa como oficial.

É relevante observar que o título dado aos almanaques contempla o adjetivo hifenizado “luso-brasileiros”, fazendo, naturalmente, referência a Portugal que, à época – meados do século XIX –, não se limitava apenas às terras ibéricas, como também aos seus territórios coloniais que eram, afinal, parte de uma só nação. A outra ponta do hífen carrega o adjetivo

¹ De acordo com Gramiro de Matos (1996), os cadernos surgiram em 1851, sob título *Almanach de lembranças luso-brasileiras e*, posteriormente, receberam o adjetivo “novo”, precedendo o título. Esses cadernos perduraram com novas publicações até o ano de 1932.

brasileiros, o que nos leva a observar uma espécie de disjunção, mais que política, como também estrutural, entre o Brasil e os “lusos”.

Nos termos de Homi Bhabha (2007), as “identidades hifenizadas” carregam a marca da diferença; não se trata da diferença da subtração de qualidades do outro, mas da adição da diversidade no espectro da alteridade cultural:

As hifenações híbridas enfatizam os elementos incommensuráveis – os pedaços teimosos – com a base das identificações culturais. O que está em questão é a natureza performativa das identidades diferenciais: a regulação e negociação daqueles espaços que estão continuamente, *contigencialmente*, se abrindo, retrazendo as fronteiras, expondo os limites de qualquer alegação de um signo singular ou autônomo de diferença – seja ele de classe, gênero ou raça. Tais atribuições de diferenças sociais – onde a diferença não é nem o Um nem o Outro, mas *algo além, intervalar* – encontram sua agência em uma forma de um “futuro” em que o passado não é originário, em que o presente não é simplesmente transitório. Trata-se, se me permitem levar adiante o argumento, de um futuro intersticial, que emerge *no entre-meio*, entre as exigências do passado e as necessidades do presente (BHABHA, 2007, p. 301).

Se as fronteiras territoriais estão, na história da humanidade, em constante reconstrução e renegociação de sentidos, de forma semelhante a instituição literária se constitui. Em se tratando da construção da noção de lusofonia, sua manifestação no universo literário não existe de forma cristalizada, mas meta-

mórfica, em virtude de renegociações constantes nas relações entre as diversas e, ao mesmo tempo, semelhantes identidades que compartilham o *status* da lusofonia. No exemplo que tomamos como introdutório à discussão, os *Almanaques de lembranças luso-brasileiros*, notemos que o hífen marca, simbolicamente, um espectro intervalar, entidade que está ali para marcar a diferença e, ao mesmo tempo, unir a um só nome.

2. O Brasil fora batizado às margens do Atlântico

A minha língua portuguesa, repito a
minha *língua portuguesa*, é a *pátria*
que estou inventando para mim.
(Mia Couto em *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*)

O Brasil fora batizado às margens do Oceano Atlântico por um país às margens da Europa. Nos arredores da antiga Pindorama, instalou-se posteriormente uma das maiores diásporas africanas do mundo (em números absolutos) – frequentemente também privilegia-se o uso hifenizado da diáspora *afro-brasileira*. Até a publicação dos *Almanaques*, podemos dizer que a África já penetrara culturalmente o Brasil em dife-

rentes esferas. Faltava, entretanto, a travessia para o sentido contrário.

De acordo com Gramiro de Matos, os Almanques tiveram grande circulação nas então colônias portuguesas na África, propiciando maior fluxo das produções brasileiras no continente africano e possibilitando o diálogo literário também em *circulação periférica*, e não apenas no sentido colônia/metrópole. A tese de Gramiro aponta que esse contato dos países africanos com a literatura brasileira afigurara também o “aprofundamento da consciência nacional na África colonizada” (MATOS, 1996, p. 123), sobretudo a partir da leitura de Castro Alves e, principalmente, no decurso das gerações modernistas brasileiras, já no século XX. Os Almanques representam, portanto, o marco dessa troca literária *afro-brasileira*.

A influência da literatura brasileira nas africanas inicia-se poucos anos antes do primeiro número dos A.L.L.B. e ocorre, sobretudo, em Angola, que em 1849 teve seu primeiro livro de poesia impresso em língua portuguesa, *Espontaneidades da minha alma*, de José da Silva Maia Ferreira. São versos de teor romântico com notória influência do escritor brasileiro Gonçalves Dias. Não obstante, o contato com a literatura brasileira fora oportunizado para Maia Ferreira a partir da experiência de sua estadia no Brasil. Para a maioria dos intelectuais angolanos, entretanto, esse diálogo só seria possível com a circulação dos A.L.L.B. pelos países africanos de língua portuguesa.

Os primeiros números contam com colaborações dos principais nomes do Romantismo brasileiro, inclusive Castro Alves com a poesia abolicionista e Álvares de Azevedo com poemas anticolonialistas. Possivelmente, as temáticas sociais presentes na literatura no Brasil teriam incidido certa moção no que concerne à consciência nacional dos escritores dos cinco países africanos que estavam em condição luso-colonial, sobretudo após a Semana de Arte Moderna de 1922:

O A.L.L.B., por sua vez, gozou desde a sua fundação de grande popularidade, tendo sido uma das primeiras tiragens (1853), de 16.000 exemplares, a maioria vendidos na África e no Brasil, de onde vinham a maior parte das colaborações. Este órgão de comunicação foi, na verdade, o principal divulgador das criações portuguesas, africanas e brasileiras – actualmente só existe semelhante a revista **África** (1978), de Portugal (...). Como temos procurado demonstrar e continuaremos a fazê-lo quando abordamos as literaturas angolana, santomense, moçambicana, guineense e cabo-verdiana, as influências brasileiras são profundas sempre no sentido da luta pela afirmação nacional e conscientização política, tendo o M.M.², saído da Semana de Arte Moderna (1922) (...) um inegável papel de liderança, tanto na formação da consciência nacional dos grandes movimentos culturais negros, como na modernização da expressão temática das literaturas africanas de língua comum (MATOS, 1996, p. 133).

Reparemos que a lusofonia que se desprende dessa relação entre o Brasil e os cinco países africa-

2 Movimento Modernista

nos que jazeram colônias portuguesas (chamamos relações *lusofônicas*, para pensar no diálogo sul-sul e lusófonas para o sentido ordinário – embora complexo – do termo) estabelece-se a partir da influência proeminente de certa resistência colonial. Nesse sentido, se a lusofonia fora, outrora, pautada na partilha da língua e da colonização portuguesa, essa mesma língua incidirá, revendo a tese de Gramiro – acerca da influência revolucionária da literatura brasileira sobre a africana em L.P. –, mais como código condutor de ideias. Ideias que existem em lugares remotos em comunhão de experiências de resistências e vivências coloniais, partilhadas através da literatura. Essa literatura é em língua portuguesa. O diálogo *lusofônico* é mais amplo que o código linguístico da lusofonia.

Lembremos que a língua portuguesa fora entendida como o arauto da lusofonia, sobretudo no decurso do século XX. Bernardo Soares transformara essa língua em uma só pátria numa das passagens do *Livro do desassossego*, entendendo-a não apenas como prerrogativa e mérito português, mas como um patrimônio cultural compartilhado pelos povos que expressam sua sintaxe através da língua portuguesa:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe

sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse (PESSOA, 2010, p. 260).

Para Eduardo Lourenço (2001), a ideia da língua como nação fora perpetuada a partir de um erro de interpretação das palavras de Fernando Pessoa, passando a justificar o *status* da lusofonia. Isto é: a língua portuguesa tornou-se o principal e único elo entre Portugal e suas antigas colônias:

Há vários anos, uma frase de Pessoa a respeito a respeito de sua relação individual com a língua em que se tornou célebre tornou-se citação obrigatória. Por sua vez, a mesma citação converteu-se numa litania repetida através do espaço da língua portuguesa, ao mesmo tempo como prova de assimilação de “língua” e “pátria” e como sacralização desse laço indissolúvel (LOURENÇO, 2001, p. 125).

Embora não devamos negar a importância da língua portuguesa como elemento de coesão entre os seus falantes, é importante reconhecer que as relações entre essa comunidade linguística alicerça-se também em outras bases: menos centrais que a fonia lusa e presentes em outras sonoridades. Certamente a consolidação do termo lusofonia passa pela “imagem e miragem” de Portugal, mas a extrapola, a transgride, quando se reinventa no diálogo sul-sul.

Se o Brasil nascera como nação lusófona às margens do atlântico, será através das mesmas águas que, ainda ao sul, transbordará a oriente.

3. Relações lusofônicas: rumo ao diálogo sul-sul

O outro parecia, talvez, alguém que fosse eu.
(Ondjaki em *O céu não sabe dançar sozinho*)

Nem só da língua fazem-se as relações lusófonas e lusofônicas. A língua é um código e, ao mesmo tempo, um canal pelo qual se constroem essas relações. A partir da circulação dos A.L.L.B., o diálogo sul-sul entre as antigas colônias portuguesas se fortaleceu, emergindo um novo desdobramento da lusofonia, cuja partilha de ideias entre as literaturas brasileira e africanas desagrega, potencialmente, o conceito de uma perspectiva colonial para inseri-lo, respectivamente, no curso e no decurso anti e pós-colonial.

Quando Gramiro de Matos revê as relações literárias entre o Brasil e as antigas colônias africanas portuguesas, ele valoriza, sobretudo, a influência revolucionária entre os países que falam português ao sul do mundo. Embora haja inúmeras questões a serem discutidas em sua tese – como seus recorrentes apelos à mestiçagem –, é importante repensar seu

trabalho acadêmico à luz do *status* da lusofonia, pois Gramiro alcança uma compreensão seminal no contato literário do que chamamos lusofônico. De fato, as literaturas africanas em língua portuguesa, se vistas panoramicamente, têm uma grande proporção produtiva dedicada ao diálogo com o Brasil. A maior parte dessa produção está ligada aos momentos da luta colonial e ao pós-independência.

Manuel Ferreira fora dos primeiros estudiosos a sistematizar as literaturas nos PALOP. Segundo ele, seria a partir da primeira metade do século XIX que haveriam de se formar os germes de uma consciência crítica da realidade, passando paulatinamente para uma literatura de enfrentamento. Essa virada de paradigma ocorreria durante a formação de uma elite intelectual ligada à imprensa e ao jornalismo, sobretudo em Cabo Verde e Angola. Ao dividir essas águas, Ferreira fala em dois grandes momentos, 1. da literatura enquanto colonial e 2. na condição de literatura de língua portuguesa:

Discursos mais do que diferentes, são opostos. A literatura colonial evidencia o ponto de vista do autor que aceita o estatuto colonialista ou quando ou não aceita ainda não conseguiu libertar-se inteiramente dele. Assim a raiz do seu discurso literário, na essência, prende-se ao branco, ao colono, que é entendido como o portador de valores culturais e civilizacionais superiores e se torna o herói mítico num espaço em que o negro é reprimido, coisificado, embora se lhe possa em certos casos conceder um estatuto paternalista. Os textos colonialistas revelam-se inteiramente

inaptos para a compreensão da complexa realidade social e psicológica do universo africano. E não a compreendendo, invertem-na. Na literatura africana de língua portuguesa, ao contrário, tudo se passa, tudo se elabora de modo inteiramente diferente. A raiz do discurso é na verdade o homem africano que não funciona já nos textos como por mero acidente mas sim como entidade soberana, que de facto é, no seu mundo específico. O centro do universo narrativo ou poético é o homem africano, enquanto branco, como elemento real de presença e actuação, se lhe confere o tratamento adequado (FERREIRA, 1980, p. 39).

Na atividade literária uma nova consciência da realidade social emerge, revelando-se a partir do contraste com o colonizador português. Dessa forma, os países africanos que produziam literatura em língua portuguesa ressignificam seus lugares de escrita e de fala. Sendo assim, a ideia de lusofonia também passará pelo processo de ressignificação, enquanto conceito agregado à linguagem.

No interior, e no desenvolvimento, do que Ferreira chamou de literaturas africanas de língua portuguesa, entretanto, nem o escritor engessou sua posição anticolonial, tampouco a própria presença da lusofonia. A partir do adensamento das produções africanas, agora não só em Angola e Cabo Verde, como também nas antigas colônias portuguesas no continente, o escritor pouco a pouco refina seu olhar sobre si e sobre o outro.

À medida que a literatura africana se expressava em língua portuguesa, também passava pelo processo

de encontro/desencontro com o outro colonizador. No decorrer da primeira metade do século XX a concepção de lusofonia começou a passar por alguns ajustes. Com a intensificação das políticas coloniais do Estado Novo, Salazar difundia a propaganda de “Portugal do Minho a Timor”, reforçando uma imagem de portugalidade que compreendia as colônias como parte de uma só nação. Para Manuel Ferreira, nesse momento os escritores começariam a perceber a realidade de forma mais crítica. Coincide com a imagem colonial da portugalidade o adensamento do diálogo literário que a África travará com o Brasil.

Pelos idos dos anos 1940, o diálogo literário expande-se no eixo sul-sul. Temos Baltazar Lopes com o romance *Chiquinho*, sob influência do regionalismo brasileiro da época e, do mesmo autor, sob pseudônimo Osvaldo Alcântara, “Itinerário para pasárgada”, em diálogo com o modernista Manuel Bandeira.

Nas décadas de 1950 e 1960 começam a se formar os movimentos sociais de resistência ao colonialismo, como MPLA, FRELIMO e PAIGC, cujos maiores nomes políticos haveriam também de ser da literatura, como Amílcar Cabral e Agostinho Neto. Nesse momento, a literatura além de ser de enfrentamento figura também como lugar de resgate da tradição africana local. Essa fase será a que Manuel Ferreira entenderá como de desalienação, em que o escritor tomará consciência de colonizado.

o escritor, após ter adquirido a consciência da sua condição de colonizado, procede à sua própria desalienação e a sua prática literária cria a sua razão de ser nas expressões das raízes profundas da realidade social nacional (FERREIRA, 1980, p. 43).

É interessante pensarmos que a noção de lusofonia, entendida sobretudo como diálogo sempre em processo entre os países de língua portuguesa, será mediada não apenas pela intertextualidade entre Portugal ou Brasil, mas suplementada com o protagonismo e a afirmação das tradições, línguas e culturas africanas, sob a expressão do idioma português, crescendo-se das línguas locais, como na prosa de Luandino Vieira, Arnaldo Santos, Mia Couto, Uanhenga Xitu, para citar apenas alguns.

A crítica em relação à lusofonia não deixa de ter complexidade também em seus argumentos. A língua portuguesa, tendo sido instrumento de dominação colonial, é certamente para a crítica o ponto mais problemático para a aceitação de um *status* lusófono, sobretudo na África, entendendo o conceito como perpetuação do colonialismo, espécie de amnésia coletiva em relação à violência do passado colonial. Integra esse rol de pensadores Margarido (2000) e Baptista (2006), acreditando eles que insistir num pretenso discurso lusófono, seja como agregador, seja como identificador de alguns povos, é recusar a descolonização do pensamento:

O discurso 'lusófono' actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado. O que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial (MARGARIDO, 2000, p. 76).

Margarido entende que após as independências políticas na África, utilizar o conceito de *lusofonia* para se referir a quaisquer que forem as nações poder-se-ia caracterizar como uma forma de perpetuar o colonialismo português e sua hegemonia que se traduz, sobretudo, com a adoção da língua portuguesa como oficial, mesmo no âmbito do pós-independência, de 1975 em diante. Se o idioma colonial é potencialmente um elemento de coesão nos países africanos, ele também pode se tornar um mecanismo de subalternização das línguas africanas que convivem em plurilinguismo, sobretudo em Moçambique e Angola, que não desenvolveram o crioulo, como ocorreu em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Conforme explica Inocência Mata acerca da posição de Alfredo Margarido, para ele a consolidação do termo *lusofonia* replicaria um comportamento colonial:

No percurso da consolidação conceitual desse termo, que passa pela estação da "imagem e miragem da lusofonia" (1999), também Alfredo Margarido o considera um "novo mito português" (2000). Com efeito, no seu livro *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses* (2000), Alfredo Margarido, referindo-se à

“re-descoberta da língua como ‘força imperial’”, afirma que a *intelligentsia* de Portugal e dos países que foram colônias portuguesas apressaram-se a organizar uma ideologia explicativa da força aglutinadora da língua portuguesa, sem perceberem que o lugar dela – e, por consequência, o lugar subalterno na dinâmica nacional das outras línguas do mesmo espaço – faz evidenciar hierarquias linguísticas (...). (...) essa elite portuguesa e africana (cultural e política) reedita um comportamento colonial (MATA, 2013, p. 72).

Se a lusofonia, seja como termo, seja como conceito, gera certo receio por colocar a língua portuguesa em lugar central em relação às demais línguas e etnias africanas, mais adequado fosse repensá-la sob o viés descolonial, isto é, a partir das relações que, apesar de advirem de um processo de colonização, elaboraram uma relação dialógica na vanguarda e no decurso libertários. E esse diálogo se processou, em língua portuguesa, entre o Brasil e os cinco países africanos.

Nesse sentido, ao revisitarmos a tese de Gramiro de Matos, *Influências da literatura brasileira nas literaturas africanas de língua portuguesa*, encontramos um olhar atento do escritor a essa troca internacional, a partir dos movimentos de resistência e conscientização acerca do colonialismo. O mérito maior do autor está em sua pesquisa sobre o quanto a literatura brasileira fora importante como potência influenciadora de um pensamento transgressor para a realização desse diálogo de resistência entre o Brasil e os países africanos:

As manifestações literárias no Brasil, desde o período colonial e dos poetas da Inconfidência, passando pelo Romantismo, Modernismo e o romance crítico e social até a música popular dos nossos dias, comprovam a vocação de resistência, a qualidade artística e a capacidade de transformação de uma estética do realismo complexo, que se inseriu no processo de transformação do mundo, principalmente em África (MATOS, 1996, p,35).

Pensar a lusofonia é também lembrar que sua existência implica em todas as possibilidades e combinações que a língua portuguesa conectou durante o colonialismo. Nesse sentido, o amplexo colonial é agregado, inevitavelmente, ao termo, mas não necessariamente ao uso que se faz da lusofonia. Por isso faz-se necessário pensar que existe algo no universo lusófono semelhante ao que Fernando Cristóvão nos falou em seu artigo “Os três círculos da lusofonia”: “a lusofonia não é só a soma de territórios e populações ligados pela língua. É também um certo patrimônio de ideias, sentimentos, monumentos e documentações”. (CRISTÓVÃO, 2002, p. 1)

Essa força extra-colonial não é sobre a língua, nem sobre territórios. Também não pode ser apenas aquilo que a sociolinguística chamou de “fonia”. É sobre ideias que se formaram entre escombros, sobre resistências que se fortaleceram em séculos. É mais *fônica* porque combinativa de vozes muito familiares em suas imensas diversidades.

Referências

- BAPTISTA, Maria Manuel. “A Lusofonia não é um jardim. Ou da necessidade de ‘perder o medo às realidades e aos mosquitos’”. In: M.L. Martins, H. Sousa e R. Cabecinhas (Org). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 2006
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CRISTÓVÃO, Fernando. “Os três círculos da lusofonia”. *Revista Humanidades*. Lisboa: 2000.
- FERREIRA, Manuel. “Dependência e individualidade nas literaturas africanas de língua portuguesa”. In: *Revista do Centro de Estudos Portugueses*. V. 2. N. 3. 1980.
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
- MATA, Inocência. *A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões*. Manaus: Ed. UEA, 2013.
- MATOS, Gramiro. *Influências da Literatura Brasileira nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Salvador: IGBA, 1996.
- PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.